

Discurso do conselheiro aposentado Antônio Correa, durante a entrega da medalha dos cem anos da Academia Pernambucana de Letras

Esta é uma hora de saudade e ao mesmo tempo de alegria. De saudade, ao nos lembramos dos que se dedicaram a esta Casa, desde a fundação, e já não se encontram em nosso meio. Com entusiasmo, deram o melhor de si; sonharam e, muitas vezes, vibraram, sentindo a consolidação dos seus ideais, o aperfeiçoamento do espírito, o prestígio do sentimento literário. Merecedores, portanto, de nossa admiração.

Há cem anos, em 1901, precisamente a 26 de janeiro, vinte intelectuais criaram esta Academia, com vinte cadeiras. Cada um dos fundadores escolheu um patrono e, na escolha, a identidade entre o patrono e o acadêmico. Nascia a Academia Pernambucana de Letras, franciscanamente, sem uma sede própria, porém com uma grande potencialidade.

O Recife – ainda, com os célebres arcos, bonde de tração animal, ruas estreitas, sobrados de azulejo, de valentões afamados do porte de Nascimento Grande e a política sob o comando do conselheiro Rosa e Silva, que exercitava a liderança, com autoritarismo – vivia uma fase de marasmo, de desencanto proveniente de uma administração parada e pouco oferecia aos que queriam progresso, reformas, dinamismo.

Mas, se havia indiferentismo no trato da cidade, na correta aplicação dos recursos que deviam proporcionar bem-estar, adaptando-a à dinâmica do século que se iniciava, a cidade era rica de jornais, de polemistas, que não se conformavam com um comodismo estranho. Valiam-se das letras para suas reivindicações.

Reuniram-se em instituição, agasalhando pessoas de diversas inclinações e, na abrangência de conservar, desenvolvendo o nosso patrimônio cultural. Tiveram, como líder, Carneiro Vilela, nome completo, Joaquim Maria Carneiro Vilela, que ocupou a cadeira número 8, Patrão Joaquim Vilela, seu genitor, antigo catedrático da Faculdade de Direito.

Versátil, foi juiz municipal de Natal, juiz substituto em Niterói, chefe de seção da Secretaria do Governo do Pará e por fim bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife. Fundou o jornal “A Tarde”, o primeiro vespertino do Recife, e o “Oriente”, de propaganda maçônica. Enfrentou dificuldades financeiras, por ser altivo e cioso dos seus princípios, em cuja defesa chegava a sacrificar amizades. O caso com D. Vital. Seu colega de bancos escolares. Ficou contra o bispo

na tão discutida questão religiosa. Questão caracterizada por intransigências e interpretações várias da legislação vigente. Os contendedores áspersos não queriam acordo. Achavam-se com a boa causa e o desfecho foi desastroso para a monarquia. Exaltação e orgulho exacerbados.

Acha Gilberto Freire que D. Vital, vaidoso e impulsivo, queria se afirmar pernambucano. Adotou o nome conventual, Vital Maria de Pernambuco, e negou sempre o direito da Coroa de interferir no domínio espiritual, chegando a ser preso com um seu colega de mitra, D. Macedo Costa. Carneiro Vilela não recuou e deve ter vibrado com a condenação. Esse o seu proceder.

No campo literário, grande a sua atividade. Seu mais comentado é certamente melhor romance: “A Emparedada da Rua Nova”. Outros: “Os Mistérios da Rua da Aurora”, “Era Maldita”. Deixou dramas, comédias e operetas. Lembrada, com saudosismo uma quadra sua:

*“A crença é de toda cidade
E o amor é crença, alguém disse,
Tenho nas cãs a velhice
Na alma tenho a mocidade.”*

Lucilo Varejão Filho, em artigo publicado em revista desta Academia, com o título “Carneiro Vilela e seu Famoso Romance”, afirma: “Teve uma vida sempre de uma grande pobreza, pois sua altivez e sua combatividade nunca lhe permitiram receber benesses dos poderosos do dia.

“Concretizou, neste Estado, nos albores de 1900, o que já na capital da República fizeram Lúcio Mendonça e Machado de Assis. Na época colonial, desde o século XVIII, houve Academias. José Veríssimo registra na História do Brasil as primeiras tentativas: “Tiveram as academias literárias no Brasil uma existência transitória e ingloria. Mas não de todo inútil e sem efeito nessa cultura e na literatura que a devia representar. Apesar da origem oficial e de serem um arremedo, havia porventura nelas um sentimento de emulação com a metrópole e, portanto, um primeiro e leve sintoma do espírito local de independência. Acaso a denominação

da primeira, de Academia Brasileira dos Esquecidos, revê o despeito dos seus fundadores contra o esquecimento dos letrados coloniais na formação das academias portuguesas anteriores.”

A nossa nasceu quando a Brasileira tinha menos de cinco anos. Joaquim Nabuco, ao discursar na inauguração da nacional, enfatizou: “As academias, como tantas outras coisas, precisam de antiguidade. Uma academia nova é como uma religião sem mistérios: falta-lhe a solenidade. “ Fundadores seus chegaram à Brasileira: Artur Orlando e Martins Júnior.

Sobre o primeiro, assim se referiu Alberto Venâncio Filho, em discurso, ao ocupar a vaga deixado por Afonso Arinos: “Artur Orlando é um dos sucessores da escola do Recife, chefiada por Tobias Barreto, que empolgou a Faculdade de Direito do Norte, com repercussões de extrema importância. Da sua obra variada, de forte cunho filosófico, desejo assinalar o livro “Propedêutica Jurídica”, que revela interesse pela integração entre o Direito e a Economia, com utilização, pela primeira vez, entre nós, de meu conhecimento, da expressão “direito econômico” a que o orador de hoje, sessenta e cinco anos depois, dedicaria um livro.

O segundo, republicano histórico, poeta, jornalista, orador de imaginação, deputado, professor da Faculdade de Direito e seu diretor, secretário geral do Estado do Rio, convidado por Rio Branco para ser consultor do Ministério das Relações, cargo que não teve tempo de exercer pelo falecimento prematuro, aos quarenta e seis anos. Dos muitos escritos deixados, salientem-se “Soberania e Acre”, elogiado por Rui Barbosa e “História do Direito Nacional”.

Em 22, o número de cadeiras passou para trinta, por força da modificação estatutária. Carneiro Vilela e Martins Júnior foram escolhidos patronos. Faelante da Câmara, não fundador, também mereceu a distinção. Sucederá Gregório Júnior na cadeira número dois, cujo patrono é Frei Santa Maria Jaboatão. Em 61, novo aumento. Para quarenta cadeiras. Mesmo processo de escolha de alguns patronos que a haviam integrado: Oliveira Lima, Alfredo de Carvalho, Mário Melo e Pereira da Costa. Este, fundador.

Nesse cem anos, o tempo correu, fluiu e a Academia escolhendo sempre a nata da intelectualidade. Os que a acusam de elitista não a conhecem. Não tomam conhecimento de suas atividades. Tem sido sempre uma casa da cultura. Cultura que, entende Dom Lucas Moreira: “ser riqueza e patrimônio, objetivo e

necessidade, direito e obrigação de cada indivíduo e da comunidade humana.”

“No plano pessoal, a cultura é o cultivo de todos os compromissos da pessoa. No plano social ou comunitário, a cultura é o amoroso e incessante cultivo de outros tantos valores, história e tradição, sentimentos religiosos e crenças, ritos e símbolos, senso de Deus ou do Sagrado, usos e costumes, folclore, expressões artísticas de todos os gêneros.”

Nas suas atividades, esta Casa é onírica. Tinha e tem sonhos. Um deles, o da residência própria. Da sede em condições de guardar tudo o que lhe é pertinente. Sonhou e muito. Seus presidentes desejaram concretizar esse objetivo. Incansáveis. Apelavam e não sensibilizavam. Mas confiavam no preceito bíblico: “pede e alcançarás”.

Waldemar de Oliveira, em expressivos artigos, nos jornais e no rádio. A ventura realizou-se no governo Paulo Guerra. Lei cedendo em regime de comodato, esta Casa.

Na solenidade, em nome da Academia, o presidente Luiz Delgado, em discurso ontológico, traduziu a alegria coletiva. Começou o seu pronunciamento: “Recebemos neste instante a casa secular e nobre que o governo do Estado, por iniciativa total de V. Exa., Sr. Governador Paulo Guerra, doou à Academia Pernambucana de letras para lhe servir de sede. Não a recebemos, porém, somente em nosso nome, da geração que constitui agora a Academia: recebemo-la em nome de Alfredo de Carvalho e Farias Neves Sobrinho, em nome de Carneiro Vilela e Pereira da Costa, de Oliveira Lima e Andrade Bezerra, de Mário Melo e Manoel Arão. Recebemo-la até em nome de Joaquim Nabuco, que, ao saber da fundação de nossa academia provinciana, indagou como poderia candidatar-se a ela, vivendo no estrangeiro, onde era nosso embaixador. Quis ser sócio dela—esse Joaquim Nabuco, que é hoje patrono oficial das letras pernambucanas por decisão de V. Exa., Sr. Governador”.

Teve-se a casa. Faltavam as condições para o seu funcionamento. Achava-se muito estragada. Restaurá-la foi a tarefa do novo presidente, Marcos Vilaça. Incansável. Aliou ao gosto e à sensibilidade do bem-querer a vontade de entregá-la verdadeira jóia da nossa paisagem urbanística. Para tanto, valeu-se de seu

prestígio, do grande poder de comunicação, da obstinação, síntese de sua pernambucanidade. Aceitou, assim, o desafio de tão jovem e tão presidente, no dizer de Gilberto Freire, para enobrecer o seu mandato.

Mauro Mota, integrante de muitas Academias, do mesmo modo que Marcos, conseguiu no governo Eraldo Gueiros Leite a doação para a sede definitiva. Mais segura tornou-se a doação.

Waldemir Miranda, o médico, um dos fundadores da Faculdade de Ciências Médicas, pesquisador vigilante das efemérides, enriqueceu o patrimônio, obtendo doações valiosas, regalos que dignificam os salões.

O atual presidente, Luiz Magalhães Melo, sempre voltado para os assuntos culturais, batalhou na Assembléia Legislativa, e muito, pela criação da nossa Universidade Federal e conseguiu do Vice-Presidente Marco Maciel, confrade nosso, a inclusão no orçamento de verba a fim de que se tivesse uma sala condigna para as reuniões ordinárias. Tudo feito com assistência do patrimônio histórico.

Aos ex-presidentes citados e ao atual adapta-se bem o que disseram de Austregésilo de Athaide em relação à Brasileira: tiveram e têm um amor eficiente por esta Academia. Que viu o correr do tempo, testemunhou a sucessão de pessoas e fatos, e engalanou-se, burilou as suas dependências, renovou-se para comemorar data tão sua e tão pernambucana.

Aos que se acham aqui invisíveis, testemunhando o nosso contentamento que seria o deles, se vivos fossem, nesta solenidade, nossa saudade e admiração e

compromisso de fidelidade aos ensinamentos legados, na certeza de nosso apego ao galardão, levantado há cem anos, de preservar a linguagem e o bom estilo, na expressão das idéias.

O inesquecível Shakespeare já advertia: “palavras sem pensamento não vão para o céu, não alcançam vôo.”

Por dever de justiça e de reconhecimento, registre-se que, sendo esta uma casa franciscana, carente de meios materiais, de recursos para a realização do evento, contou com o governador Jarbas Vasconcelos. Econômico por natureza e hoje por ofício, acolheu o pleito que lhe foi encaminhado, deferindo-o quase por inteiro, repassando a verba tão necessária, e foi além: abriu as portas do Palácio das Princesas, de tanta história e beleza arquitetônica, e, em jardim de árvores tropicais, ofereceu recepção, embelezada por um céu de transparência acolhedora e testemunhada pelas águas do Capibaribe, de tantas evocações poéticas dos Austro Costa, João Cabral e Mauro Mota e a quem Gilberto Amado, em momento de sensibilidade, chamou de “papa-estrela”.

Compreensível a nossa euforia, salutar o nosso contentamento, a emoção, ao abrir esta sessão solene, no impedimento do presidente Luiz Magalhães Melo, de tantos serviços prestados, concluindo que esta Casa, conhecida como a de Carneiro Vilela, ontem, como hoje e amanhã, acolheu, acolhe e acolherá sempre os que buscam a verdadeira literatura, que, para Josué Montello, “é a consciência do povo expressa na palavra como obra de arte ajustada à cultura nacional”.

Muito obrigado.